



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

Aos 15 dias do mês de março de 2017, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- 1. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, solicitando a audição do grupo de representantes das Unidades de Cuidados Continuados Integrados da Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Coordenadora da ERC da Rede de Cuidados Continuados de Lisboa e Vale do Tejo.*
- 2. Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR (3.ª audição obrigatória), sobre Política Geral de Saúde.*

1. Discussão e votação do requerimento do CDS-PP, solicitando a audição do grupo de representantes das Unidades de Cuidados Continuados Integrados da Região de Lisboa e Vale do Tejo e da Coordenadora da ERC da Rede de Cuidados Continuados de Lisboa e Vale do Tejo

O Sr. Presidente, antes de dar a palavra à Deputada Isabel Galriça Neto, distribuiu para elaboração de Relatório Final a Petição n.º 266 XIII (2.ª), que «Requer a construção de um novo centro de saúde no Barreiro», ao PSD, que posteriormente indicará o nome do Deputado.

A Deputada Isabel Galriça Neto apresentou o [requerimento](#) que pretende ouvir um grupo de representantes das Unidades de Cuidados Continuados Integrados na região de Lisboa e Vale do Tejo e a Coordenadora da ECR da Rede de Cuidados Continuados de Lisboa e Vale do Tejo com o objetivo de «explicarem a esta Comissão os problemas com que estas Unidades se têm deparado e o impacto desses problemas na sua viabilidade económica e financeira, bem como na prestação de cuidados de saúde aos utentes».

A Deputada Carla Cruz perguntou à requerente qual foi o critério escolhido para selecionar este conjunto de entidades, e não outro, tendo a Deputada Isabel Galriça Neto informado que foram as entidades que se dirigiram ao CDS-PP a dar nota dos problemas.

O Presidente colocou à votação o requerimento apresentado pelo CDS-PP, que foi aprovado por maioria, com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP, as abstenções do BE e do PCP, registando-se a ausência do PEV.

2. Audição do Ministro da Saúde, ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do RAR (3.ª audição obrigatória), sobre Política Geral de Saúde

O Presidente da Comissão iniciou os trabalhos cumprimentando o Ministro da Saúde e a sua



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

equipa e deu conta da grelha de tempos a utilizar, dando-lhe a palavra de seguida.

O Ministro da Saúde, Adalberto Campos Fernandes, que veio acompanhado pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, Fernando Araújo, e pelo Secretário de Estado da Saúde, Manuel Delgado, fez uma intervenção inicial começando por referir que a atividade de prestação de contas e explicitação do rumo a seguir é uma tarefa a que se dedica, democraticamente, de forma periódica e regular, no Parlamento, referindo também *«que o novo portal do SNS contribui para esse desígnio, uma vez que disponibiliza um abrangente conjunto de informação, aumenta a transparência e possibilita o acesso a informação de saúde a todos os portugueses»*. Na sua intervenção disse, designadamente, que 2016 representou um ano de viragem para o SNS, que respondeu de forma eficiente e sustentável, como refere o estudo da Universidade Nova de Lisboa, sendo que o estudo do Euro Health Consumer Index coloca o SNS ao nível dos melhores sistemas da Europa (de 2015 para 2016 subiu seis posições). Acrescentou que o objetivo para 2017 é ir mais longe, continuando a expandir a rede de USF e de atribuição de médico de família aos portugueses, a melhorar os Cuidados de Saúde Hospitalares, designadamente o livre acesso e circulação dentro do SNS, a modernizar e tornar eficiente a gestão dos recursos, a aumentar o número de vagas e camas em todas as tipologias e a contratar 370 lugares na Rede para os cuidados continuados de Saúde Mental. Recordou que Portugal é dos países que mais avalia medicamentos, estando no 4.º lugar na atuação como Estado Membro de Referência (EMR), fazendo uma gestão estratégica do acesso à inovação e tendo assinado o compromisso para a Sustentabilidade e o Desenvolvimento do SNS e o Acordo estratégico com Farmácias Comunitárias, possibilitando a dispensa de medicamentos VIH/Sida e Oncológicos e a dinamização do Programa de Troca de Seringas. Mencionou várias iniciativas na área da Saúde Pública, a criação do Centro de Emergências em Saúde Pública (CESP) e o desenvolvimento dos Programas de Saúde Prioritários, concluindo que este Governo procedeu à maior vaga de investimento dos últimos anos, não só em infraestruturas de saúde, mas também em capital humano, com mais pessoas, e reposição das remunerações, destacando o investimento na construção dos novos hospitais de Évora, Seixal, Sintra e Lisboa Oriental, bem como a necessidade de investir na modernização dos equipamentos.

O Deputado Miguel Santos colocou várias questões, nomeadamente sobre o financiamento para a construção da ala pediátrica do Hospital de S. João, o clima de instabilidade no SNS onde se registam conflitualidades e demissões nas instituições e sobre a desigualdade nos horários dos enfermeiros. Lembrou que recentemente reuniu o Fórum Médico, que junta a OM e várias associações profissionais para debater os problemas, dizendo os médicos que se sentem



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

enganados pelo Ministro, perguntando se há cobertura orçamental para repor o trabalho suplementar e quanto é que isso representa. É preocupante que o Ministro continue a fazer promessas quando se está a aproximar do descontrolo das contas, perguntando se no final do ano vai pedir ao Ministro das Finanças um cheque bónus como fez no ano anterior.

O Ministro da Saúde agradeceu as questões. Disse que a questão relativa ao investimento para a construção da Ala Pediátrica gerou um conjunto de equívocos, mas que o Conselho de Administração do Centro Hospitalar tem feito um esforço para ultrapassar o problema, referindo que apenas falta alinhar o programa funcional com o projeto de investimento que será faseado ao longo de três anos. Referiu que as demissões sempre existiram e vão continuar a existir e que o Governo não pode gerir em função de ameaças de demissão. Em democracia é normal que as ordens profissionais se reúnam para debater matérias do setor, sendo positivo haver opiniões divergentes porque até ajuda a governar melhor. O Governo da República gera orçamentos e em dezembro houve um reforço em sede de dotação provisional.

A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos agradeceu as informações, salientando que estão aqui para fiscalizar e para apoiar. Congratula-se com os bons resultados, como o comprovam os estudos sobre o índice de sustentabilidade e sobre a avaliação de 35 sistemas de saúde, ressaltando a boa posição do SNS que está em 14º lugar. O Ministério enfrenta os problemas com frontalidade e é um caminho que o PS apoia. Colocou questões sobre a saúde oral, sobre a reforma dos cuidados de saúde primários, sobre a inovação tecnológica, sobre a exportação em saúde, sobre o financiamento e disponibilidade de novos medicamentos. Questionou ainda o Ministro sobre como está a decorrer a negociação com os enfermeiros.

O Ministro da Saúde agradeceu as questões. Falou dos resultados, destacando o maior número de médicos de sempre no SNS, bem como de médicos aposentados a trabalhar no SNS e o aumento de médicos de medicina geral e familiar. Pensa que os dados disponíveis apontam para a continuação de bons resultados em fevereiro. A maior parte dos medicamentos inovadores destinam-se ao tratamento do cancro e o INFARMED irá aprovar novos medicamentos assim que tiver disponível a análise do custo/efetividade. O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde deu esclarecimentos sobre o programa de saúde oral, referindo que está prevista a integração de médicos dentistas nos cuidados de saúde primários, estando a decorrer experiências piloto no Alentejo e em Lisboa, que serão alargadas a outras regiões do país.

O Deputado Moisés Ferreira falou da anunciada greve dos enfermeiros para o final do mês, enfatizando que todas as reivindicações têm um ponto comum, é que são necessárias para beneficiar o SNS e desse ponto de vista solidariza-se com esse anúncio. Os profissionais exigem a



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

reposição das horas extraordinárias e os enfermeiros exigem mais profissionais de enfermagem para o SNS, particularmente para os CSP, referindo que ainda não foi aberto o concurso para enfermeiros. Falou dos vínculos precários dos enfermeiros e da sua regularização. Sublinhou que para investir em profissionais e em equipamento é preciso reforçar o financiamento do SNS, que deve ser feito também através de recursos, que atualmente são gastos com privados.

O Ministro da Saúde disse que há diálogo aberto com os médicos e com enfermeiros e que existe um bom clima, mas é impossível dar tudo a todos. Esclareceu que o pagamento das horas extraordinárias é para todas as profissões, que o concurso para enfermeiros está a ser ultimado, sendo tomada uma decisão em breve.

A Deputada Isabel Galriça Neto aludiu às medidas bondosas referidas pelo Ministro e ao anúncio de resultados excelentes. A austeridade não acabou, foi-se criando essa ilusão, mas não é verdade, e o Ministro é o primeiro a reconhecer que existem problemas na área da saúde. O que se fala vai para além de questões salariais ou laborais e, ao contrário do anunciado, a emigração médica não está a decrescer. Entende que a área de cuidados continuados é prioritária, tendo perguntado quando serão saldadas as dívidas às misericórdias. Entende que as notícias sobre a ULS da Guarda carecem de clarificação, porque as nomeações devem ser por mérito. O pacto para a saúde é demasiado importante, não pode ser deixado para tratar num Fórum. O CDS-PP está disponível e quer saber se o Ministro também estará.

O Ministro esclareceu que se há coisa que o Governo garante é que a seleção e recrutamento de profissionais se fará pela competência. Agradeceu a disponibilidade manifestada pelo CDS-PP para o pacto para a saúde, entendendo que é no quadro parlamentar que a questão se coloca. Sobre a saúde mental e os cuidados paliativos disse que é necessário proteger estes doentes, havendo um grande envolvimento com o setor social, e que a ACSS tem a centralidade do pagamento das farmácias comunitárias.

A Deputada Carla Cruz disse que o Ministro referiu a entrada de mais profissionais em 2016, mas continua a haver carência nalgumas áreas. Para melhorar os resultados na saúde é necessário continuar a política de devolução dos rendimentos, continuar as negociações com os médicos para a reposição das horas extraordinárias, cujo pagamento deve ser para todos os profissionais do SNS. Outra reivindicação tem a ver com a reposição das 35 horas para todos, com ou sem vínculo, porque o SNS não existe sem profissionais valorizados. Colocou questões sobre as carreiras dos técnicos de diagnóstico e terapêutica e sobre o INEM, querendo saber quais as medidas que estão a ser tomadas para debelar a falta de profissionais e de equipamento.

O Ministro declarou que as expectativas dos profissionais são legítimas e estão a ser tidas em conta



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

e tudo fará, até ao limite das possibilidades, para ser justo e acolhê-las num quadro de responsabilidade e de rigor orçamental. A reposição das horas extraordinárias aplica-se a todos os profissionais. Disse que está previsto que em 2018 sejam revistas as carreiras de assistentes operacionais e outras novas carreiras. O Secretário de Estado Adjunto e da Saúde esclareceu que a emergência médica é uma das prioridades do SNS, tendo sido aprovada a carreira de emergência médica, e que o INEM tem um papel crucial na colheita de órgãos. A vertente estratégica do INEM deve ser de médio/longo prazo para dar estabilidade à Instituição.

Na segunda ronda colocaram questões os Deputados Ângela Guerra, Eurídice Pereira, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e João Ramos, a que o Ministro da Saúde respondeu em conjunto, tendo o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde acrescentado alguns esclarecimentos. Na terceira ronda, usaram da palavra, para pedir esclarecimentos adicionais, os Deputados Cristóvão Norte, Luísa Salgueiro, Isabel Pires, Isabel Galriça Neto, Diana Ferreira, Luís Vales, António Sales, João Vasconcelos, Jorge Machado, José António Silva, Eurídice Pereira, Carla Cruz, Fátima Ramos, Domingos Pereira, Isaura Pedro, Marisabel Moutela, António Ventura, Helga Correia, José Carlos Barros, Firmino Pereira, Luís Pedro Pimentel, Sara Madruga da Costa, António Costa da Silva e Carlos Silva, tendo o Ministro da Saúde respondido às questões colocadas, respostas que foram complementadas pelo Secretário de Estado Adjunto e da Saúde.

O Presidente agradeceu a vinda do Ministro e dos Secretários de Estado à Comissão de Saúde, bem como as informações e os esclarecimentos prestados.

A reunião foi encerrada às 14:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação/vídeo ser consultada neste [link](#):

Palácio de São Bento, 15 março 2017.

O PRESIDENTE

(JOSÉ DE MATOS ROSA)



COMISSÃO DE SAÚDE

ATA NÚMERO 65/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra
António Sales
Carla Cruz
Cristóvão Simão Ribeiro
Domingos Pereira
Eurídice Pereira
Fátima Ramos
Isabel Galriça Neto
Isaura Pedro
João Gouveia
Jorge Falcato Simões
José António Silva
José de Matos Rosa
Luís Graça
Luís Soares
Luís Vales
Luísa Salgueiro
Maria Antónia de Almeida Santos
Marisabel Moutela
Miguel Santos
Moisés Ferreira
Ricardo Baptista Leite
António Ventura
Carlos Silva
Cristóvão Norte
Diana Ferreira
Firmino Pereira
Francisco Rocha
Helga Correia
Isabel Pires
João Ramos
João Vasconcelos
Jorge Machado
José Carlos Barros
Laura Monteiro Magalhães
Luís Pedro Pimentel
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira
Teresa Caeiro